

RELAÇÃO RURAL-URBANO E O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL EM SERRO – MG

Rural-urban relationship and territorial-heritage in Serro – MG

Ulysses Melo Carvalho*

* Doutorando em Geografia - UFRGS – ulyssesgeo@gmail.com

Recebido em 18/09/2019. Aceito para publicação em 01/11/2021.
Versão online publicada em 03/11/2021 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Como citar este artigo: CARVALHO, U. M. Relação rural-urbana eo patrimônio-territorial em Serro - MG. **Para Onde!?**, v. 15, n. 1, p. 172-189, 2021.

Resumo:

Compreender o patrimônio pela ciência geográfica é essencial para o entendimento dos sujeitos e de seus lugares de vivência, e uma chave para tal compreensão pode ser o patrimônio-territorial. Conceito capaz de ir além do patrimônio, “pedra e cal”, por trazer à luz os sujeitos que resistem ao poder hegemônico e guardam a memória das lutas e das opressões. Assim, este artigo tem o objetivo de identificar e analisar o patrimônio-territorial no município do Serro (Minas Gerais): signo da formação socioespacial brasileira e que afirma que o Brasil dito urbano é, na realidade, uma extensão do rural. Desta forma, ele se insere na categoria proposta por Milton Santos, formação socioespacial, capaz de apresentar o todo a partir das particularidades, afinal, do local pode-se compreender a ordem internacional. Ou seja, a partir das particularidades é possível se aproximar da totalidade. A pesquisa parte de uma análise qualitativa a partir do empírico, buscando as relações entre os fatos e os fenômenos através de observação do campo, buscando, sobretudo, mergulhar além do material, permeando os elementos subjetivos. Desta forma, há a produção de entrevistas e a base para uma produção cartográfica. Diante deste entendimento é possível a ativação popular do patrimônio-territorial, assim como a sua *práxis*.

Palavras-chave: Patrimônio-territorial. Formação socioespacial brasileira. Rural-urbano. Sujeito. Serro.

Abstract:

Understanding heritage through geographic science is essential for the understanding of subjects and their places of experience, and a key to such understanding may be “patrimônio-territorial”. Concept capable of going beyond heritage, “stone and lime”, for bringing to light the subjects who resist hegemonic power and keep the memory of struggles and oppressions. Thus, this article aims to identify and analyze the territorial heritage in the municipality of Serro (Minas Gerais): a sign of the Brazilian socio-spatial formation and which states that the so-called urban Brazil is, in reality, an extension of the rural. In this way, it is included in the category proposed by Milton Santos, socio-spatial training, capable of presenting the whole from the particularities, after all, from the place one can understand the international order. In other words, from the particularities it is possible to approach the totality. The research starts from a qualitative analysis based on the empirical, seeking the relationships between facts and phenomena through field observation, seeking, above all, to dive beyond the material, permeating the subjective elements. In this way, there is the production of interviews and the basis for a cartographic production. Given this understanding, popular activation of territorial heritage is possible, as well as its *praxis*.

Key-words: Patrimônio-Territorial. Brazilian socio-spatial formation. Rural-urban. Subject. Serro.

Resumen:

Comprender el patrimonio a través de la ciencia geográfica es esencial para el entendimiento de los sujetos y de sus lugares de vivencia, y la clave de esta comprensión es el patrimonio-territorial. Es un concepto capaz de ir más allá del patrimonio edificado para dar luz a los sujetos que resisten ante el poder hegemónico y guardan la memoria de sus luchas y opresiones. De esa forma, este artículo tiene el objetivo de identificar y analizar el patrimonio-territorial en el municipio de Serro (Minas Gerais), símbolo de la formación socioespacial brasileña y que afirma que le Brasil etiquetado como urbano es en realidad una extensión de lo rural. De esta forma, Serro se inserta en la categoría formación socioespacial brasileña, propuesta por Milton Santos, capaz de mostrar el todo a partir de sus particularidades, pues desde lo local se puede entender el orden internacional. En otras palabras, desde las particularidades es posible acercarse a la totalidad. La investigación parte de un análisis cualitativo basado en lo empírico, buscando las relaciones entre hechos y fenómenos a través de la observación de campo, buscando más que el material, permeando los elementos subjetivos. Desta manera, existe la producción de entrevistas y la base para una producción cartográfica. Mediante este entendimiento es posible la activación del patrimonio territorial, al igual que su *praxis*.

Palabras-clave: Patrimonio-territorial. Formación socioespacial brasileña. Rural-urbano. Sujeto. Serro.

1. Introdução

A pesquisa sempre tem uma relação muito próxima do autor com a sua origem, e a história desta não é diferente. Afinal, falar de Minas Gerais sempre é algo que mescla a experiência e o simbolismo de um passado e um presente que constantemente dialogam. Conforme comenta Woodward (2006, p. 16): “por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.”

Assim, a vivência e a relação com o objeto estudado são elementos que se amalgamam para a construção desta tese. O ser mineiro, como afirma Oliveira Viana (1942, p. 52), vai muito além da tradição e do ‘ser do interior’. São elementos mais acentuados, alojados em suas raízes.

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se o julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito.

Segundo o autor, a tal ‘mineiridade’ está nessa premissa do diálogo e dos tempos que conjuram na expressão da cultura mineira: reverberando no seu povo, na relação rural-urbano e no patrimônio. Desta forma, por exemplo, as imagens a seguir (Figura 1 e 2), representam muito não somente da mineiridade comentada acima, mas do próprio Brasil que vai muito além das “grandes cidades” e da chamada

metropolização. Elas representam o Brasil em seu âmago, um território marcado pelo rural e a ruralidade e a relação rural-u

Figura 1 – *Simbiose rural-urbano*



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019

Figura 2 - *Cotidiano Serrano*



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019

Diante da observação das imagens é possível perceber o quão intrínseco está o rural no Brasil. Desta forma, é preciso fazer uma revisão deste Brasil dito urbano e perceber que estas imagens não estão restritas apenas a alguns locais do país: estão mais presentes usualmente do que deduzimos, mesmo que seja no idílico. Desta

forma, faz-se necessária a investigação, sobretudo, da compreensão do *patrimônio-territorial*, signo da *formação socioespacial brasileira*; além de identificar que o urbano é uma extensão do rural, e não o contrário (ALVARADO e COSTA, 2019).

O *patrimônio-territorial* não é só ‘pedra e cal’. Ele é apreendido por “elementos singulares na história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder.” (COSTA, 2017, p. 56). No entanto, o saber fazer, as histórias de vida e, principalmente, os sujeitos podem ser evidenciados e adquirir a luz que até então a história oficial os escondia. O *patrimônio-territorial* é a resistência à colonialidade, uma alternativa para a valoração dos subalternizados e a elucidação das contradições do próprio território (COSTA, 2017).

Nesta perspectiva, as cidades coloniais que tiveram origem com a mineração são fundamentais ao nosso entendimento. Conforme Felipe (2016), estas cidades adquiriram um “status” com os modernistas, representando a identidade nacional que traz consigo a própria colonização. Elas são a representação do rural e da ruralidade; híbrido de luta pelo controle territorial e referência à continuidade social (ALVARADO e COSTA, 2019), base da *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 1977). Assim, a partir desta categoria, é possível compreender a sociedade brasileira dentro de um desenvolvimento histórico e global, ou seja, uma análise geográfica da totalidade social.

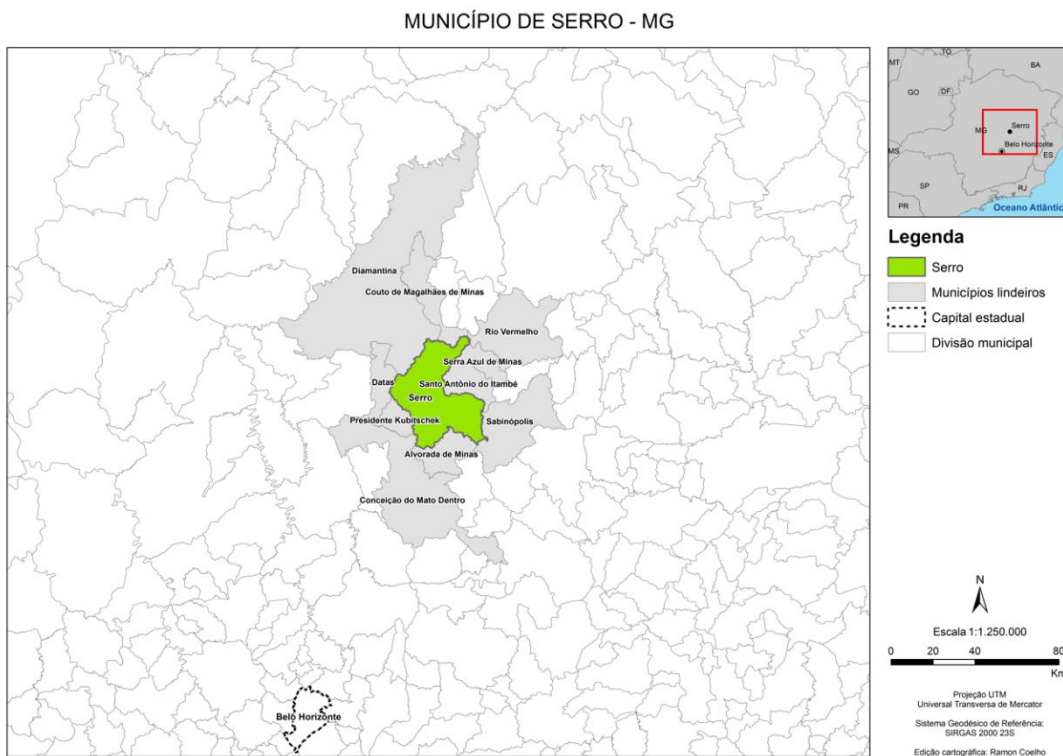
O passado, *formação socioespacial*, e o presente, onde se inserem objetos atuais e pretéritos com novas funções sociais, são revelados também no município do Serro onde a pesquisa é realizada. Um lugar que ainda guarda elementos genuínos, ou seja, o *patrimônio-territorial*, que promovem a existência e a resistência. Conforme Costa (2015, p. 52): “o patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, de um devenir universal-particular.”

Ou seja, o que está inserido nas cidades coloniais desde o passado, o poder e os próprios ideais da elite colonial, “é a expressão singular da universalidade impressa por essa classe.” (COSTA, 2015, p. 52). Desta maneira é possível a compreensão do próprio uso e apoderamento do território. Mas não podemos ficar presos a um passado áureo e venerável, conforme Lima (2018, p. 37): “para o desvendamento desta suposta condição de esquecimento que propomos tratar, faz-se necessário uma análise histórica como caminho para pensar a dialética entre o antigo e o atual, a estagnação e o desenvolvimento, o atraso e o progresso.”

Desta maneira, a Geografia tem muito a explicar e colaborar. Ela pode revelar a história do território que vai muito além da história oficial. A *formação socioespacial brasileira* é interpretada como uma totalidade (SANTOS, 1977) e o *patrimônio-territorial* como uma expressão de singularidade que invoca a formação socioespacial, onde ele é síntese e resistência (COSTA, 2016; COSTA, 2021).

A trajetória desta pesquisa está calcada em Serro (Mapa 01), município localizado ao centro norte de Minas Gerais, com mais de trezentos e vinte anos de história, onde ainda é perceptível a convergência de diversos tempos em:

Mapa 1 - Município do Serro em Minas Gerais



O estudo parte dos sujeitos do município do Serro, terra do nascimento de Chica da Silva, cidade ‘mãe’ de Diamantina, berço de uma das principais revoltas escravas do Brasil Império, “A revolta escrava de 1864”, e que ainda preserva características que extrapolam a arquitetura colonial de suas edificações, como a relação rural-urbano que perdura de forma não dicotômica e reflete um país ainda resguardado num ideário totalmente urbanocêntrico

É preciso compreender a ‘alma do lugar’ (YÁZIGI, 2019) viva no seu povo, em sua própria existência. Desta forma, o município apresenta elementos representativos da *formação socioespacial brasileira* de ‘raízes rurais’ (HOLANDA, 2014), do perene poder patriarcal (FREYRE, 2006) e expõe uma outra relação rural-urbano (ALVARADO e COSTA, 2019) ao qual o seu território permanece com o encobrimento de lutas e de povos (MORAES, 1991). Por isso, é necessária a compreensão da dialética do antigo e do atual, da história oficial e real, do *patrimônio-territorial* e patrimônio “pedra e cal”.

A escolha deste recorte de estudo procede de sua particularidade: um município que é tão antigo quanto outras cidades coloniais mineiras, mas resguarda o tradicionalismo, os sujeitos e os seus bens culturais. Um local capaz de explicar, de forma clara, o *patrimônio-territorial* anunciado e a *fricção, tensão e simbiose rural-urbano*, como propõe Alvarado e Costa (2019).

Estas noções triádica de *fricção, tensão e simbiose rural-urbano*, proposta por Alvarado e Costa (2019), vem da necessidade de acusar a dicotomia entre rural x urbano e a própria banalização destas ideias, como criticam os autores. A Geografia não pode ser uma ciência que fragmenta: ela precisa ser a compreensão do todo, ou seja, aproximar-se da totalidade.

Para Alvarado e Costa (2019), a *fricção rural-urbana* ocorre a partir das imagens e mensagens produzidas da estética do lugar e que são reproduzidas de alguma forma nas metrópoles, sempre trazendo a associação entre a pequena cidade com o campo e a própria natureza. Para os autores:

La *fricción* urbano-rural “ocorre en el plano de mensajes producidos por las imágenes y la estética lugareña, que son captadas y reproducidas en la metrópolis, la cual genera la asociación de la pequeña ciudad con la “naturaleza” y el campo. La *tensión* urbano-rural ocurre en la dimensión de la virtualidad o de la simulación de esa relación, en el ámbito del lugar de destino, la cual el turista lleva y proyecta. La *simbiosis* urbano-rural es la propia realidad del lugar, es la esencia y la interacción que el turista puede ver, apropiarse o aproximarse poco. (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 12).

Por isso, a importância de considerar a totalidade de cada momento histórico, afinal, eles estão sempre vinculados. O rural e urbano são um fato de uma interação duradoura, em suma: “el territorio aglutina la historia sin rupturas plenas.” (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 24).

Esta artigo é parte do projeto de doutorado, ainda sem resultados e que tem muito contribuir para a ciência geográfica, pois questiona as dicotomias rural x urbano, sociedade x natureza, buscando trazer o sujeito de forma a protagonizar a discussão do patrimônio popular. A Geografia precisa compreender a realidade, pois abarcar o espaço fragmentado não é o seu papel, é preciso a compreensão da sua totalidade (COSTA e SCARLATO, 2019)

2. Um outro olhar sobre o patrimônio – o patrimônio-territorial

A categoria espacial tem a premissa de que o “espaço é a acumulação desigual de tempos.” (SANTOS, 2006, p. 13). Ou seja, nos diferentes momentos da história ocorrem eventos e fenômenos que modificam o próprio espaço. Desta forma, não há dissociação entre tempo e espaço, entre espaço e tempo. Observe a imagem da Figura 4 que inicia esta sessão: Como fragmentar um local onde passado e presente e os seus sujeitos estão tão imbricados? Somente a partir do patrimônio-territorial é possível desvelar numa totalidade um território como este. Presente e passado coexistem, o passado não se esvai e o presente desenrola-se pelo momento imediato.

E muitas vezes é preciso recorrer ao passado para a compreensão do momento presente. De acordo com Abreu (2014, p. 265), “o peso da história ainda se faz sentir bastante no Brasil.” Uma vez que as formas do passado se relacionam com o hoje e são importantes para sua compreensão, por exemplo, as cidades coloniais mineiras. Conforme Lowenthal (1998, p. 62):

Na verdade, temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele. O que os une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão frequentemente distingue o aqui e agora – tarefas sendo feitas, ideias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele.

Deste modo, quando observamos uma cidade não vemos apenas o momento presente, já que dentro daquela paisagem há memórias, pensamentos, histórias, lutas e reverberações que permanecem intrincadas no agora. Para Capel (2009), “ellos nos interesan porque ayudan a entender las raíces del presente.” Por isso, a importância dos patrimônios — eles podem revelar mais do que apenas o tipo de edificação, mas as lutas e os seus sujeitos.

Os patrimônios não se restringem tão somente à ‘pedra e cal’, ou seja, prédios e construções que são elencados, selecionados e que contam uma determinada parte da história (por exemplo, os bens tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Natural) ou até mesmo pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). É preciso uma visão mais aguçada e totalizante que compreenda o território em todas as suas contradições, sobretudo, como afirma Santos (1999, p. 13): “o território é lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.”

O território é aquele que apresenta as “existências materiais e imateriais” e ao qual devemos compreender toda a sua dinâmica (SILVEIRA, 2006, p. 89). O patrimônio, em uma percepção ampla, é uma ferramenta capaz de proporcionar o entendimento do seu funcionamento, abarcando a totalidade.

Assim, o território apresenta diversas formas de apreensão em caráter político e econômico. Sua extensão e sua ocupação são variáveis de acordo com o uso do poder e, até mesmo, pelas relações sociais diante do modo de produção dominante e de seus antecessores. Ele é o uso, a construção e a desconstrução pela ação dos sujeitos ao longo do tempo (SANTOS, 2014).

Santos (1977) aproxima o território do conceito marxista de *formação socioeconômica*, onde há correspondência entre o modo de produção e as relações sociais em diferentes escalas. Assim, espaço e formação socioeconômica definem a

formação socioespacial, totalidade das esferas econômica, social, política e cultural de uma sociedade.

Partindo de Costa (2016), este apresenta o conceito do *patrimônio-territorial* que representa muito mais que estruturas arquitetônicas, mas “a defesa da vida dos sujeitos periféricos subalternizados” (COSTA, 2016, p. 29) da história não oficial e da valorização de áreas não tombadas que possuem mais relevância que locais tombados e turistificados. Essa evocação à mobilidade e à ação da cultura patrimonial dominante, ou seja, uma “chave para uma outra patrimonialização global mais inclusiva e efetivamente mais totalizante” (COSTA, 2016, p. 30) faz-se totalmente necessária. As resistências desvelam o passado e são o signo para a luta dos subalternizados no presente

Estas resistências presentes no território, baseadas no trabalho, no cotidiano e, principalmente, nos sujeitos, são o movimento para a compreensão do conceito do *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016). Pois, ele traz visibilidade as simulações da história oficial e se denunciam (ou questionam) o uso e a apropriação do território pelo poder dominante. O *patrimônio-territorial* é a resistência à colonialidade do poder e está intrinsecamente relacionado à *formação socioespacial*, ou seja, *singularidade-totalidade* não como oposição ou dicotomia que atrapalham ao entendimento do todo, mas como movimento conjunto para a interpretação do território brasileiro de forma geral e singularista (COSTA, 2017).

Pelo *patrimônio-territorial* é possível trazer à luz a interação/duração campo-cidade, expressão da formação socioespacial brasileira. Diante dele compreendemos a relação rural-urbano no Brasil, mas sem o discurso hegemônico e dicotômico urbano, como afirma o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A presença do rural e da ruralidade em nosso cotidiano é marcada pela resistência nos costumes, na gastronomia, nas festas ou na relação com o sagrado (BRANDÃO, 2017); vicissitudes que são o patrimônio-territorial, símbolo da própria sobrevivência (COSTA, 2021). Conforme Brandão (2017, p. 42): “As formas de vida comunitárias e tradicionais, de ocupação e produção em multiespaços partilhados de vida, labor e trabalho, não apenas resistem e sobrevivem, mas, em alguns cenários, elas proliferam, adaptam-se e transformam-se.”

Partindo da premissa que o rural é uma categoria histórica em transformação (WANDERLEY, 2013), onde ultrapassa o entendimento de ser somente o agrícola ou de que tudo que não é urbano torna-se necessariamente rural (ou ao contrário). Essa visão dualista nada contribui para a compreensão do todo, ela apenas traz consigo ideias equivocadas do rural-urbano: não totalizando, apenas fragmentando.

Assim, a partir de um olhar das relações sociais em escala local, é possível identificar que há muito do rural e das ruralidades no urbano, o que contribui para romper este devir urbanocêntrico (KAGEYAMA, 1998; CARNEIRO, 2008) ou metropocêntrico (COSTA e SCARLATO, 2019). É preciso vislumbrar o espaço e até

mesmo as pesquisas além das dicotomias (QUEIROZ, 1978). Elas apenas contribuem para uma fragmentação e até mesmo a manutenção do poder dominante. Desta forma, pensar o rural-urbano a partir de uma estimulação e redefinição de um imaginário individual e coletivo no que os autores (ALVARADO e COSTA, 2019) denominam de *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano* se faz necessária até mesmo pela resistência e compreensão da *formação socioespacial brasileira*.

Na análise do processo de formação do Brasil percebemos que, ao longo destes cinco séculos, há um movimento de manutenção das estruturas de poder basicamente com a alternância na denominação e na forma política. O país foi fundado num ideário conservador, onde havia sempre a garantia legal da propriedade de terra e da escravidão até o seu limite (BOSI, 1992).

Das capitanias hereditárias ao momento mais recente, de forma geral, há o domínio do campo, da família e de uma elite “rural” sobre o território e sobre os povos originários de forma explícita, em que o peso do passado ainda se faz sentir atualmente (ABREU, 2014).

Logo, a concepção do território brasileiro a partir da categoria *formação socioespacial*, proposta por Santos (1977), é indispensável por sua ótica totalizante. Ela traz à luz, desde a sua gênese colonial, os processos sociais e as consequentes alterações advindas do uso do território, o que possibilita desvelar suas contradições, promover reflexões e aspirar e/ou cooperar para as resistências: não apenas para o discurso histórico, mas para todos os contrassensos presentes.

A formação socioespacial brasileira é uma análise da totalidade social sob um “invólucro histórico determinado”, ou seja, “cada sociedade veste a roupa do seu tempo.” (SANTOS, 1979, p. 12). Assim, o todo está sendo reproduzido nas particularidades, nas cisões que totalizam, bem como as partes que compreendem uma porção do conjunto (SANTOS, 1979). A continuidade e a descontinuidade são evidenciadas pela *formação socioespacial*. Esta é, nas palavras do autor, uma “teoria das mediações” entre o escopo social e o próprio espaço. Desta maneira, a *formação socioespacial* permite “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução.” (SANTOS, 1977, p. 84).

É necessário, desse modo, desvelar o patrimônio para além do que é apresentado — possibilitar a compreensão a partir da essência, assim como a formação das periferias e dos subalternizados. Afinal, o patrimônio não é apenas os conjuntos arquitetônicos normalmente refuncionalizados e prontos para atender turistas: estes são reprodutores do discurso dominante, são parte do ‘mito fundador’ (CHAUÍ; ROCHA, 2013).

O *patrimônio-territorial* é uma alternativa a todo este discurso dominante e que invisibiliza os sujeitos, é um giro capaz de ver o patrimônio pelas resistências (COSTA, 2016), pois, nas palavras do autor, “ele materializa ações e guarda essências de

processos cuja longa duração promoveu avanços e retrocessos sociais históricos.” (COSTA, 2016, p. 05).

Todos estes apontamentos desembocam no empírico da pesquisa: o município mineiro de Serro. Além da preservação arquitetônica da cidade, ali estão também resistências, como o cotidiano e a essência da população subalternizada. Logo, ele é muito mais do que um roteiro turístico da Estrada Real (Mapa 02). Revela e pulsa além das construções históricas como patrimônio “pedra e cal” (Figura 3 e 4).

Mapa 2 - Estrada Real



Fonte: Adaptado do IBGE por Coelho (2021)

Figura 3 - Missa de domingo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019

Figura 4 - Festa de Nossa Senhora do Rosário com os catopés



Fonte: COSTA, 2021

Assim, Serro é um importante palco para a discussão da *fricção, tensão e simbiose rural-urbano*, assim como da compreensão do *patrimônio-territorial* preservado e ativado pela população serrana que vive na cidade: este sujeito que tem, na sua essência, o existir e o viver.

3. O patrimônio-territorial em Serro

Interpretar o território brasileiro é fundamental ao entendimento de sua diversidade, pois “representa a soma e a síntese das histórias de suas regiões.” (ALVES, 2020, p. 152). Abreu (2014) afirma que para se desvendar as múltiplas dimensões do presente é preciso investigar todo o processo histórico originário. Assim, “nessa busca pelo passado, entretanto, não devemos nos ater apenas aos vestígios concretos que ele deixou, isto é, às formas materiais que ainda subsistem na paisagem. As formas não materiais também precisam ser investigadas.” (ABREU, 2014. p. 294).

Evidenciam-se nas cidades os “tempos subalternos diferenciados, marcados por dominações específicas.” (SANTOS, 1996. p.118). Neste contexto, é cabível discorrer que pode haver uma “revanche da cultura popular sobre a cultura de massa.” (SANTOS, 2005, p. 143). Ou seja, uma heterogeneidade existente da resistência e, até mesmo, a ressignificação da cultura popular. Deste modo, o *patrimônio-territorial* se dá como fato e conceito de uma “resistência popular” que coloca os invisibilizados no centro do debate (COSTA, 2016) e se diferencia totalmente da discussão patrimonial tradicional que apenas debate os objetos, não os seres humanos.

Desta forma, Costa (2021) afirma que o patrimônio-territorial “totaliza y enfatiza el territorio como guardián de la memoria de resistencias sociales a las múltiples violencias urbano-rural modernas, que conduce los sujetos a una situación espacial duradera en el continente.” (COSTA, 2021, p. 118). O conceito é a junção entre substantivo e adjetivo que “totalizam e enfatizam o território como guardião da memória.” (COSTA, 2021). Logo, os centros históricos não são as únicas referências da memória: o sujeito e as periferias carregam muito destas reminiscências (Figura 5). Numa visão sartriana, Costa (2016) traz o sujeito como responsável pela preservação do patrimônio e da própria vida.

Figura 5 - *Uma mistura de tempos na cidade*

Fonte: MELO, 2020

Ou seja, os centros históricos não são um todo isolado, mas possuem uma rede de comunicação: eles são fragmentos da cidade, não ela toda. Desta maneira, as cidades de origem mineratória são muito mais que conjuntos arquitetônicos, elas guardam a memória do passado, mesmo com uma paisagem produzida para o controle territorial (COSTA, 2016).

Nesta perspectiva, a própria relação rural-urbana no Brasil é uma forma de resistência, está fora de uma dicotomia que apenas prejudica o entendimento do todo. Conforme Costa (2021), os 'fatos cidades-campo' e os 'fenômenos urbano-rurais' são híbridos e apresentam as universalidades-singularidades do território, denunciando também a colonialidade.

Dizer que estamos num Brasil quase totalmente urbano é uma grande falácia. Não se pode caracterizar o que é rural e urbano apenas por formas visíveis e concretas; há uma interação campo-cidade, há um imaginário cultural e idílico que se virtualiza em ruralidades concretas. Cidades apresentam características da inovação e das técnicas, mas abrigam também o tradicional, que são de origem rural (Figuras 6 e 7). As cidades são uma extensão do próprio campo (ALVARADO e COSTA, 2019).

O campo existe com ou sem as cidades, mas esta afirmação não pode ser invertida com veracidade; afinal, as cidades nascem com o campo. As cidades de origem mineratória são um grande exemplo disso, pois, após os tempos de extração, elas vão continuar existindo graças ao campo em que estão imersas (ALVARADO e COSTA, 2019).

Figura 6 - Entrada dos “Bordados da Serra”: venda de artesanias quilombolas no Serro



Fonte: MELO, 2020

Figura 7 - Venda de artesanias no distrito do Serro (São Gonçalo do Rio das Pedras)



Fonte: Melo, 2020

O rural e a ruralidade são o *devenir* que ressignificam e, o fato cidade, o fenômeno urbano. Quando partimos para o empírico, Serro (MG), podemos perceber que o município é um símbolo da *formação socioespacial brasileira*, um símbolo da própria *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*. É um patrimônio-territorial que, quando ativado, pode ser capaz de estimular a luta e denunciar a opressão através dos próprios sujeitos (ALVARADO e COSTA, 2019). Desta forma, é preciso olhar para os sujeitos, para o seu *devir*; a essência do ser humano é o viver, logo, são patrimônio também.

4. Considerações finais

Os sujeitos são capazes, no bojo da cidade, de imaginar o 'rural real' e realizar o 'rural virtual', pela essência e pela aparência da pequena cidade. Assim, partimos da hipótese de que o patrimônio-territorial do Serro traz elementos centrais da formação socioespacial brasileira que denotam a relação campo–cidade. Ele representa a totalidade desta dimensão de raiz rural-urbana baseada na tríade: colonização, escravidão e agricultura. Tais fatores ainda estão presentes no território brasileiro com suas continuidades e (des)continuidades de formação e desenvolvimento das cidades. A formação socioespacial brasileira não pode ser compreendida com a negação da simbiose rural-urbano, variante do patrimônio-territorial, o qual remete a história do território e dos sujeitos.

É preciso uma práxis patrimonial no Brasil capaz de extravasar o patrimônio “pedra e cal”, trazer os sujeitos para uma apropriação coletiva do território e fazer com que o patrimônio possa ser uma alternativa para outra forma de realidade e de vida, que é a essência do patrimônio-territorial. É necessário um movimento endógeno que proporcione a visibilidade dos sujeitos e apresente as histórias originais do território.

Assim, neste artigo há a proposição para uma análise do patrimônio pelos sujeitos que resguardam a memória do território e são os únicos capazes de ativar o patrimônio-territorial e, partir dele, proporcionar uma nova realidade para estes subalternizados do território. Afinal, estes sujeitos são capazes de a partir da valoração dos saberes, fazeres e memórias proporcionar uma nova realidade para o seu território, sempre subjugado pelas forças hegemônicas.

Referências

ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (org.). Escritos sobre espaço e história. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALVARADO-SIZZO, Ilia; COSTA, Everaldo Batista da. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. Investigaciones Geográficas, Coyoacán, México, n. 99, p. 01-26, ago. 2019. Disponível em: <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59792>.

Acesso em: 11 jul. 2020.

ALVES, Vitor João Ramos. Formação socioespacial e patrimônio-territorial latino-americano, resistência negra pelas rodas de samba do Distrito Federal, Brasil. *PatryTer: Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, v. 03, n. 06, p. 150-166, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32194>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37–63, mar. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/310076/mod_resource/content/0/Brand%C3%A3o_Carlos.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CAPEL, Horácio. La historia, la ciudad y el futuro. *Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 13, n. 287, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-287.htm>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CARNEIRO, Maria José. Rural como Categoria de Pensamento. *Ruris*, Campinas, v. 02, n. 01, p. 09-37, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>. Acesso em: 11 jul. 2020.

CARVALHO, Ulysses Melo. *Fotografias de Serro*. 2019. 06 Fotografias.

CHAUÍ, Marilena; ROCHA, André (org.). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

COELHO, Ramon. *Estrada Real*. Porto Alegre: s. n., 2021. 01 mapa. Escala 1:2.500.000.

COELHO, Ramon. *Município de Serro em Minas Gerais*. Porto Alegre: s. n., 2021. 01 mapa. Escala 1:1.250.000.

COSTA, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 02, p. 53-75, 2017. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina (conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis). *Revista Geográfica Venezolana*, v. 62, n. 01, 2021. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/47523/articulo7_c.pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 02 ago. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, v. 96, n. 02, p. 02-26, 2018. Disponível em: <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Geografia, método y singularidades revisadas en lo empírico. *Geosp: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 23, n. 03, p. 640-661, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/161552>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. *Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade*

- totalidade-urbana — totalidade-mundo. São Paulo, SP: Humanitas, FAPESP, 2015.
- COSTA, Everaldo Batista da. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO*, 14., Barcelona, 2016. Anais [...]. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. P. 01-32. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Revista de Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998. Disponível em: <http://www.resr.periodikos.com.br/article/5d962c120e8825e1092bac33>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Revista do Programa de Pós-graduados em História da PUC/SP*, São Paulo, EDUC, n. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 166-176, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322/1461>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. *In: RAMALHO, Walderez Simões Costa. Pequenos estudos de psicologia social*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. P. 30-53.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P. 13-21.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, Milton et al. Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Coleção espaço território e paisagem.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). Territórios, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 15-21. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. Espaço e Tempo, São Paulo, v. 10, n. 02, p. 81–91, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. PatryTer, v. 2, n.4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>. Acesso em: 08 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; HEITHEL, Silva. (org.). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. 478 p. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/S%C3%A9rie-DRS-vol-21-p.-413-471.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo. PatryTer, v. 02, n. 03, p. 01-07, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/download/14281/21186/44093>. Acesso em: 05 jul. 2021.